



“NOVAS NUT III

Oportunidade perdida com agravar de assimetrias entre municípios da AML”

A 14 de dezembro de 2021 a Assembleia Municipal de Mafra aprovou uma moção em que solicitava a abertura do processo de reafetação de verbas do Portugal 2030 e mais em particular do Programa Operacional Regional de Lisboa. Essa deliberação também instava o Governo de Portugal e redefinir a taxa de cofinanciamento para os projetos da região e a reabertura do processo de reorganização estatístico na Área Metropolitana de Lisboa (AML).

A 26 de novembro de 2022, a Assembleia Municipal de Mafra aprovou uma moção em que solicitava ao Governo de Portugal a abertura urgente do processo de reorganização estatístico NUT II na zona norte da Grande Lisboa de forma a não prejudicar ainda mais os territórios mais vulneráveis; e, a alteração da Lei 75/2013 para que fique aí positivado a criação de uma NUT III para a zona norte da Grande Lisboa

Das propostas apresentadas podemos fazer o seguinte balanço:

- O processo de reabertura de afetação de verbas do Portugal 2030 não existiu.
- O processo de reabertura de afetação de verbas do Programa Operacional de Lisboa não existiu.
- A alteração da taxa de cofinanciamento para os projetos da região não existiu:
- A nova nomenclatura das NUT III aprovadas em Bruxelas por proposta do Governo de Portugal agrava as desigualdades dentro da AML e serve à medida o interesse de alguns em detrimento do todo.

Com esta última ação do Governo, a Área Metropolitana de Lisboa passa a ter na sua região norte um conjunto de municípios que agregados possuem uma média de riqueza superior à média da União Europeia, por força do enviesamento de dados provocado pelos 3 municípios com maior capacitação financeira – Lisboa, Cascais e Oeiras.

Esta nova realidade regional, tornará cada vez mais inacessível o acesso a apoios comunitários para a coesão e desenvolvimento territorial, de que necessitam os 6 restantes municípios a norte da AML – Amadora, Loures, Mafra, Odivelas, Sintra e Vila Franca de Xira.

O Governo de Portugal olha com pouco vigor para a AML Norte como se todos os municípios fossem iguais, esquecendo que estamos perante uma região que concentra em si um conjunto de assimetrias económicas e sociais, matizadas em territórios que são imensamente desiguais entre si, em particular



quando se compara o rendimento dos vários municípios e se constata que a maior parte deles tem valores muito abaixo da média.

Esta ação governativa lesiva dos interesses dos municípios a norte da AML, não se reflete apenas na atividade municipal fundamental para o desenvolvimento sustentável da região e do país, como também impacta negativamente no tecido económico e social da região norte da AML, discriminando negativamente os seus agentes locais.

Decorre ainda de todo este processo, que não foi respeitada a solidariedade institucional devida pelo poder central para com o poder local, uma vez que o Governo de Portugal impôs a sua vontade de uma forma totalmente arbitrária, sem ouvir as entidades representativas do poder local e visadas com as alterações impostas. A saber: a Associação Nacional de Municípios Portugueses e a Área Metropolitana de Lisboa. Ao não ouvir as instituições de âmbito regional e nacional, ao não atender às preocupações manifestadas pelos municípios da zona norte da AML, fica a dúvida se o Governo de Portugal pretende avançar com um processo de regionalização após este desmembrar da principal área metropolitana do país e agravar as desigualdades no seu seio.

Reiteramos o nosso pedido para que para problemas iguais existam soluções iguais!

Face ao exposto, a Assembleia Municipal de Mafra, reunida em sessão ordinária de 1 de fevereiro, delibera apresentar ao Governo de Portugal as nossas preocupações e solicitar que:

- Respeite as instituições nacionais e regionais do poder local, ouvindo os seus representantes democraticamente eleitos. Potenciando a manutenção de uma AML respeitada e ouvida como parceira do Governo de Portugal para o desenvolvimento sustentável da Região de Lisboa, enquanto entidade intermunicipal capaz de agregar valor e de se constituir como fórum de coordenação e articulação de políticas públicas à escala intermunicipal;
- Adote medidas financeiras atenuantes da injustiça causada aos municípios a norte da AML com a criação da nova NUT da Península de Setúbal;
- Desmistifique com ações governativas a ideia provocada pelo engano estatístico de que a AML é uma região com municípios igualmente ricos, quando na realidade a maioria dos municípios não o são;
- Não deixe as populações dos municípios norte da Grande Lisboa sem solução e sem meios para afirmar os seus projetos e assim promover os seus atores locais.

Mafra, 1 de fevereiro de 2023